

CONTRIBUTO PARA A DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DA COMPONENTE HIDROAGRÍCOLA DO EFMA

José F. G. SANTOS

Eng.º Agrónomo, EDIA, SA, Rua Zeca Afonso, 2, 7800-522 Beja, +351284315100, jsantos@edia.pt

José C. GOMES

Eng.º Agrónomo, EDIA, SA, Rua Zeca Afonso, 2, 7800-522 Beja, +351284315100, cgomes@edia.pt

Inês FIALHO

Eng.ª Agrónoma, EDIA, SA, Rua Zeca Afonso, 2, 7800-522 Beja, +351284315100, ifialho@edia.pt

RESUMO

Com a implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e com o avanço claro da sua componente mais ligada ao regadio, têm de ser estabelecidas, no que concerne às suas valências hidroagrícolas, condições que permitam assegurar a sua sustentabilidade. Neste âmbito, as questões que se prendem com os encargos de exploração de Alqueva, nas suas diversas componentes, sejam elas de conservação, manutenção, energéticas e beneficiação, bem como as políticas de tarifação inerentes, revestem-se de importância estratégica.

Palavras-chave: agricultura, regadio, Alqueva, exploração, sustentabilidade

1. INTRODUÇÃO

Com a decisão, em 1993, de implementar o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), foram criadas as condições para a sua irreversibilidade, uma vez que o mesmo tinha sido suspenso durante a década de setenta.

Foi assim criada, em 1993, a Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva, tendo a mesma dado origem, posteriormente, em 1995, à Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA) no sentido de levar a cabo todas as acções necessárias para a implementação do EFMA, bem como à sua exploração global.

O objectivo final que presidiu à implementação do EFMA foi a promoção do desenvolvimento de uma região pobre e carenciada, quer a nível nacional, quer a nível europeu, por meio do desenvolvimento da agricultura de regadio, o abastecimento público de recursos hídricos, a produção de energia hidroeléctrica e o desenvolvimento do turismo. A implementação destas componentes conjugadamente deveria assegurar a sustentabilidade do Empreendimento na fase de exploração.

Desde sempre foi assumido que seria a integração das diferentes valências do EFMA que asseguraria a sua sustentabilidade, e que o investimento inerente à sua implementação alavancaria o desenvolvimento económico e social da região, traduzindo-se num retorno elevado para a economia nacional e para a sociedade como um todo.

Desde 1993 que o EFMA tem sofrido constantes alterações, reflectindo a mudança contínua dos pressupostos originais aquando da decisão da sua implementação. As mesmas têm-se traduzido num desvirtuamento face ao projecto inicial e poderão colocar em causa a sua sustentabilidade futura.

O Estado Português, a União Europeia e a EDIA irão investir globalmente cerca de 2.500 milhões de euros no Empreendimento, pelo que têm vindo a ser definidas estratégias que possam contribuir para o seu aproveitamento de uma forma sustentável, quer ao nível da concepção, construção ou exploração.

Estes diferentes tipos de estratégias que possam assegurar e contribuir para a sustentabilidade do EFMA na sua componente hidroagrícola serão objecto da presente comunicação. As estratégias de sustentabilidade do EFMA a nível de concepção e construção serão abordadas na presente

comunicação, só na medida em que forem relevantes para a mesma, devendo as mesmas ser objecto de maior detalhe noutras comunicações a apresentar neste Congresso.

Há no entanto que salientar o trabalho realizado pela EDIA em estreita colaboração com a DGADR (Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), a entidade do Ministério da Agricultura que é a autoridade nacional do regadio, e que tem vindo a permitir uma racionalização dos sistemas hidráulicos e adaptação às condições existentes, o que se traduz numa melhoria das condições de eficiência do sistema.

2. O EFMA

2.1. Objectivos

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) situa-se no Alentejo, tendo como elemento base a Barragem de Alqueva, apresentando uma área de influência de cerca de 10 000 km², distribuídos por 19 concelhos e 4 distritos.



Os objectivos do EFMA, de seguida elencados aquando da decisão de avançar com a sua implementação, foram:

- Constituição de uma Reserva Estratégica de Água;
- Garantia de Abastecimento de Água;
- Alteração do Modelo Cultural de Agricultura;
- Produção de Energia Eléctrica não Poluente;
- Preservação do Ambiente;
- Contribuição para a Promoção de um Turismo de Qualidade;
- Criação de um Novo Clima Empresarial;
- Dinamização do Mercado de Emprego.

2.2. Concepção do esquema hidráulico

As principais infra-estruturas Hidráulicas do EFMA são:

- Barragem e Central de Alqueva;
- Barragem e Central de Pedrógão;
- Sistema de Rega (Redes Primária e Secundária)

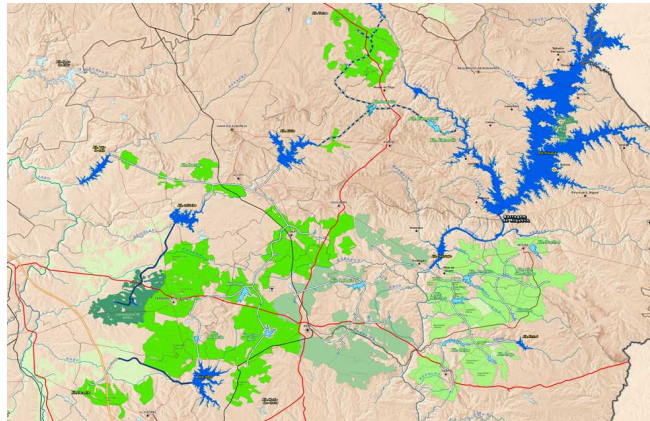
A decisão de avanço e construção do EFMA, em 1993, tinha por base uma área de regadio, de aproximadamente 110.000 hectares, situados essencialmente no Distrito de Beja, na margem direita do Rio Guadiana.

A adução de água seria feita unicamente através da Estação Elevatória dos Álamos situada num braço da Albufeira de Alqueva, no rio Degebe, para a Albufeira dos Álamos.

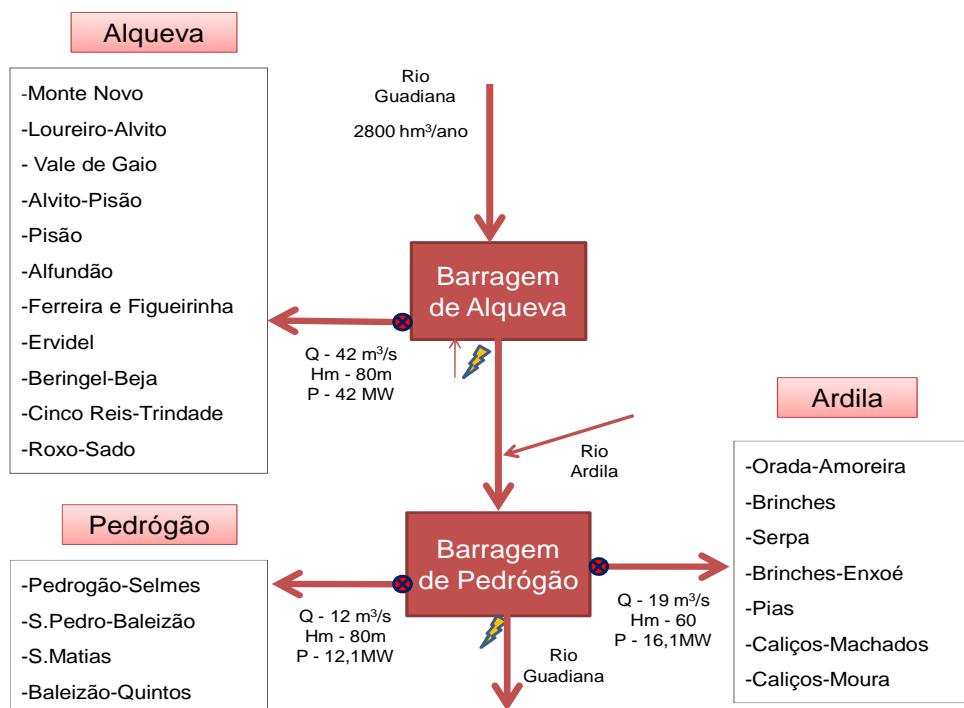
Posteriormente, tendo em conta que, por razões de índole ambiental, parte desta área inicialmente prevista foi excluída da beneficiação com o regadio, compensou-se a mesma através do alargamento da mancha de rega para a margem esquerda do Guadiana (Sub-sistema do Ardila) com uma área de cerca de 30.000 hectares e para os Blocos de Rega de Monte Novo, muito próximos de Évora, com uma área aproximada de 8.000 hectares.

Desta forma, o Sistema Global de Rega sofreu um reajustamento, tendo o mesmo sido articulado em três grandes sub-sistemas, cuja origem de água era distinta:

- Sub-sistema Alqueva – cerca de 60.000 hectares beneficiados a partir da albufeira de Alqueva;
- Sub-sistema Ardila – cerca de 30.000 hectares beneficiados a partir da margem esquerda da albufeira do Pedrógão;
- Sub-sistema Pedrógão – cerca de 20.000 hectares beneficiados a partir da margem direita da albufeira do Pedrógão.

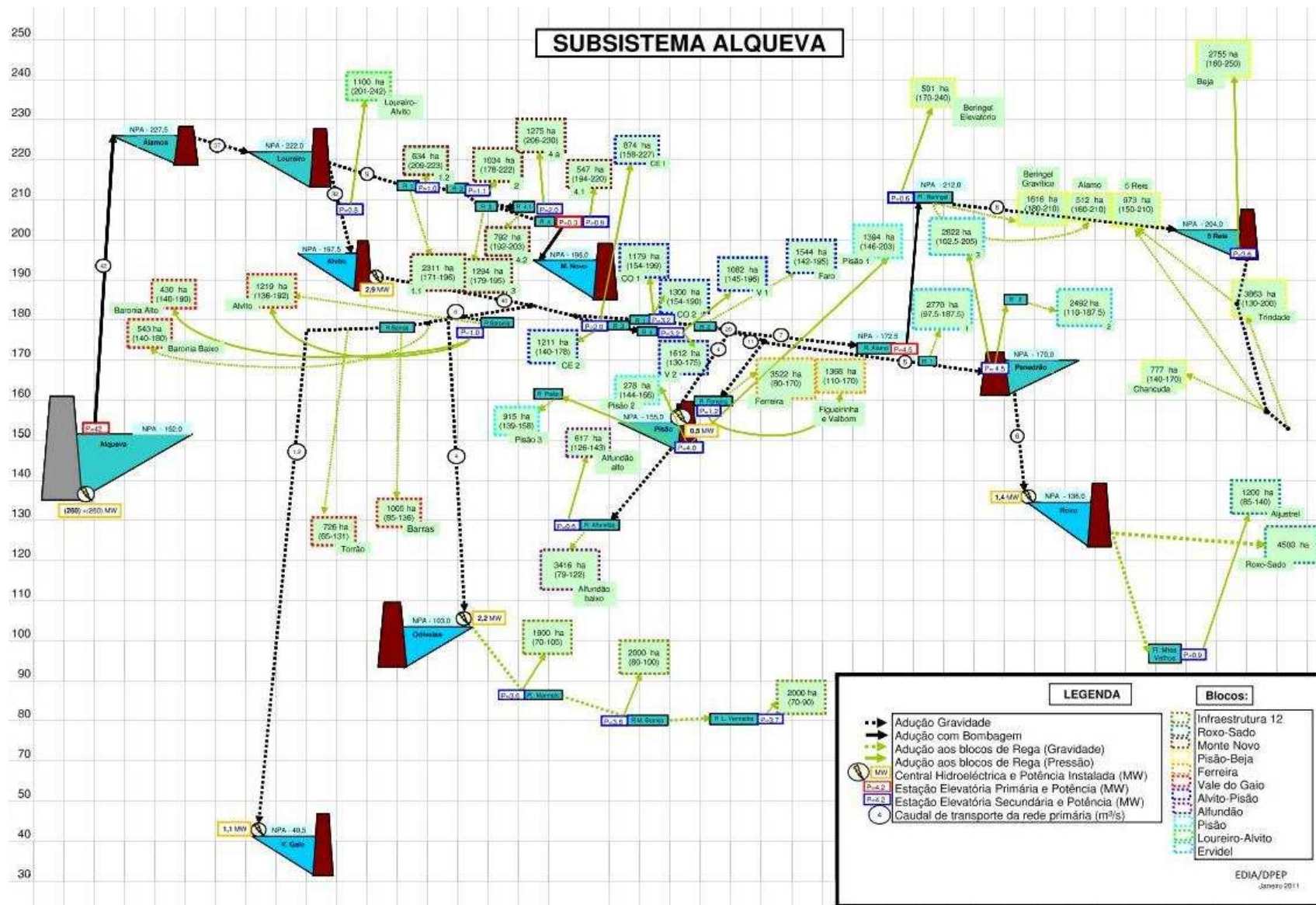


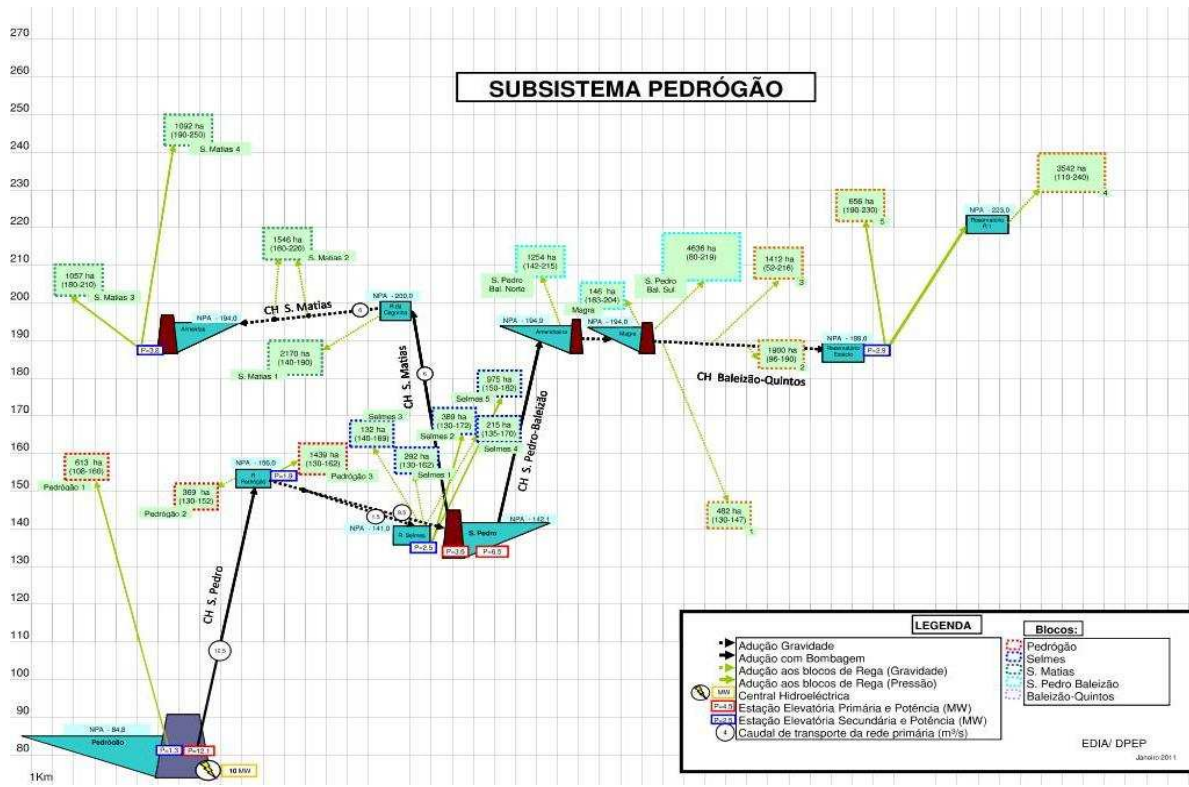
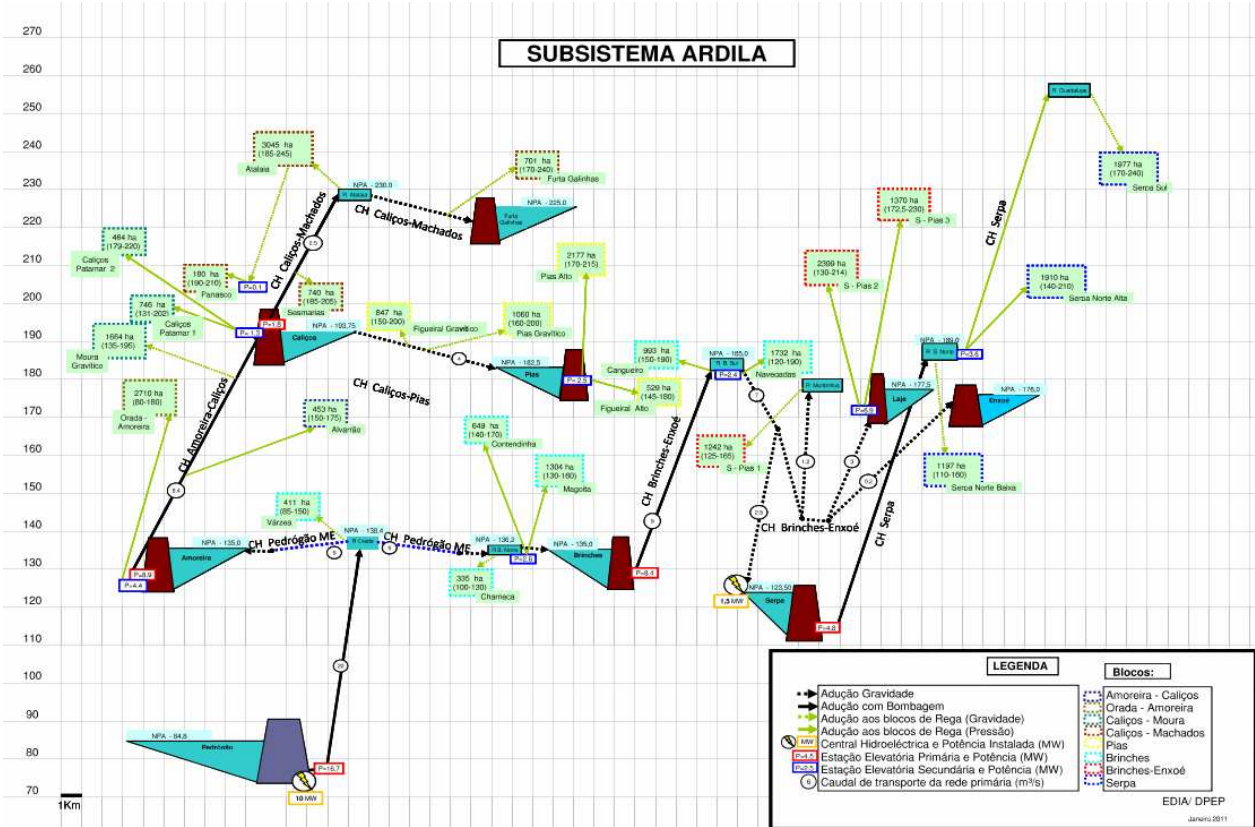
O esquema hidráulico dos sub-sistemas Ardila e Pedrógão com base na albufeira do Pedrógão como origem de água foi assumido partindo do pressuposto que parte da energia eléctrica produzida através do turbinamento de água da albufeira de Alqueva para a albufeira de Pedrógão serviria para compensar o acréscimo dos encargos energéticos resultante do aumento das alturas de elevação, que se traduziu numa altura de aproximadamente 68 m.



Cada um dos três sub-sistemas apresenta, na sua concepção, um esquema altimétrico e de adução complexo.

Os esquemas altimétricos dos três sub-sistemas são os seguintes:





Da análise dos esquemas altimétricos, constata-se a interlinearidade e a integração das diferentes albufeiras e estações elevatórias, especialmente concebidas para a fase de exploração.

Verifica-se também a preocupação que existiu em trazer a rede primária de rega para cotas mais elevadas, despenalizando assim a rede secundária de rega de alturas manométricas tão elevadas e de assimetrias tão grandes dentro destas.

2.3. A adução em “alta” e “baixa” pressão

Os primeiros projectos desenvolvidos e implementados no EFMA para as redes secundárias de rega consideraram sempre a pressurização de toda a rede, com o recurso a grandes estações elevatórias colectivas, garantindo um valor mínimo de pressão da ordem dos 4kg nas explorações agrícolas integrantes dos perímetros de rega do empreendimento, bem como dentro das parcelas que compunham as explorações agrícolas.

Os resultados dos estudos entretanto desenvolvidos, ao introduzirem como factor de análise a estrutura fundiária, o relevo, a possibilidade de adução gravítica, os investimentos em infra-estruturas já existentes e os custos de investimento e exploração dos perímetros de rega concebidos segundo a forma tradicional, permitiram concluir que, numa área significativa, seria tecnicamente possível e economicamente mais favorável aduzir a água à entrada da exploração, com um valor de pressão muito inferior, desenvolvendo os agricultores, de acordo com o ordenamento cultural pretendido e a adequada forma de gestão e exploração, os seus investimentos no interior da exploração. Esta medida implicava o estabelecimento de uma tarifa de água diferenciada, bem como a adopção de medidas complementares de apoio aos agricultores aduzidos sob a forma de baixa pressão.

Assim, foram definidos blocos aduzidos segundo as duas tipologias, nos diferentes sub-sistemas de rega, tendo-se considerado para a baixa pressão o fornecimento de água com pressões inferiores a 3kg e para a alta pressão, acima deste valor.

As percentagens das áreas de alta e baixa pressão por sub-sistema são as seguintes:

Área Regada (%)		
Sub-Sistema	Alta Pressão	Baixa Pressão
Sub-Sistema Alqueva	49%	51%
Sub-Sistema Ardila	64%	36%
Sub-Sistema Pedrógão	34%	66%
EFMA	50%	50%

O ordenamento cultural que foi utilizado para a determinação das necessidades hídricas culturais, e para o dimensionamento das redes de rega, reflectia o peso das culturas de regadio, que tinham mais expressão para a época (1994), tendo-se dado um especial ênfase às culturas arvenses, vulgarmente mais consumidoras de recursos hídricos.

Assim, a nível da parcela a dotação média por hectare considerada foi 6.000 m³/ha em ano médio.

3. CUSTOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA PARA REGA E SISTEMA DE TARIFÁRIO

A determinação do custo médio de água para rega no EFMA tem vindo a ser efectuada desde o início da sua implementação, revelando-se um indicador técnico-económico determinante para, entre outros aspectos, aferir a sustentabilidade do projecto. As diversas análises que têm vindo a ser efectuadas reflectem os pressupostos técnico-económicos de base que tiveram na origem da implementação do EFMA.

Metodologicamente, a determinação dos diversos custos médios da água assentaram no escalonamento, ao longo do período de análise, de todos os encargos relacionados com a sua captação e transporte, como sejam os custos de funcionamento e manutenção (incluindo bombagem), custos de monitorização e compensação ambiental, os custos associados às grandes reparações e às Entidades Gestoras das redes, bem como no escalonamento dos volumes de água de rega distribuídos ao longo da vida útil do Empreendimento. Através da relação dos encargos e dos volumes de água actualizados, é possível estimar o custo médio de água para rega ao longo da vida útil do Empreendimento.

Como foi mencionado anteriormente, foram contabilizados unicamente os custos de exploração e conservação (bombagem, manutenção e conservação, grandes reparações e substituições, encargos estruturais das Entidades Gestoras, e encargos ambientais), não tendo sido levados em linha de conta os custos de primeira instalação (investimento), bem como os encargos financeiros decorrentes das operações de financiamento dos investimentos.

Os resultados obtidos reflectem vários pressupostos base, tal como foi mencionado anteriormente, dos quais salientamos a dotação média de água para rega por hectare, que foi estimada em 6.000 m³, bem como o seguinte cenário de adesão dos agricultores ao regadio, após a beneficiação de um bloco de rega:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
30%	50%	65%	80%	90%	100%

Por outro lado, considerou-se que apenas 90% da área equipada será efectivamente regada todos os anos.

O custo de água calculado é um custo de água médio tendo por base a vida útil do Empreendimento (30 anos). É assim importante ressaltar que nos primeiros anos de vida da exploração do projecto, este custo será consideravelmente superior, não cobrindo os encargos dos primeiros anos de exploração e conservação, criando, assim, um deficit de exploração a suportar pelas Entidades Gestoras das Redes.

A determinação deste custo terá inevitavelmente de ter em linha de conta as duas situações distintas de fornecimento de água aos utilizadores finais: a alta e a baixa pressão. Para além disso o custo determinado deverá reflectir de uma forma diferenciada a adução nas redes primárias e secundárias de rega.

Com base nos valores dos custos médios de água para rega, foi fixado, através do Despacho 9000/2010, o sistema tarifário para a água de rega fornecida no final da rede primária e da rede secundária (com e sem pressão), com os seguintes valores a preços de 2010.

Preço Total – Ano 2010 (€/m ³)		
Rede Primária		0,042
Rede Secundária	Alta Pressão	0,047
	Baixa Pressão	0,011
Total	Alta Pressão	0,089
	Baixa Pressão	0,053

Por outro lado, por uma questão de incentivo ao regadio e por decisão do MADRP, a tarifa de água para rega em Alqueva ficou sujeita a um período transitório de 8 anos, sendo cobrado apenas 30% do valor referido inicialmente no primeiro ano de exploração de cada bloco. Este valor crescerá anualmente 10%, até atingir no 8º ano os 100% da tarifa estabelecida.

Como se pode constatar, pelo facto da tarifa preconizada reflectir os encargos de exploração e conservação médios ao longo da vida útil do Empreendimento, ir-se-á assistir, nos primeiros anos, a um deficit na sua exploração. Esta situação é agravada pelo facto da tarifa apresentar um desconto nos sete primeiros anos de funcionamento de cada perímetro de rega.

Independentemente de poderem ter sido utilizados outros critérios para a fixação do tarifário de água para rega, nomeadamente o recurso a cenários menos optimistas de consumo e de venda de água para rega e que inclusivamente provocariam um aumento substancial da tarifa final ao agricultor, o valor do preço de água a pagar no final das redes secundárias de rega em Alqueva dificilmente poderia ser superior ao fixado.

A não adopção de um sistema de tarifário que possa equilibrar o prato da balança entre a sustentabilidade do empreendimento e das suas entidades gestoras, por um lado, e a viabilização das culturas de regadio em Portugal, por outro, poderá sair caro ao projecto. A procura de água é tendencialmente rígida até um determinado valor a partir do qual aumenta significativamente a sua elasticidade. Entendeu-se que acima do valor de tarifário aprovado grande parte dos sistemas de agricultura de regadio poderão apresentar graves problemas de competitividade, levando inclusivamente ao abandono e não adesão ao regadio.

Assim, a viabilização de toda a componente hidroagrícola de Alqueva deverá ter como pressuposto base esta equação, de equilíbrio entre o custo da gestão das infra-estruturas *versus* a rentabilidade das culturas de regadio.

O consumo actual dos perímetros de rega de Alqueva no arranque da sua fase de exploração aponta para um consumo médio de 3000m³/ha. Este valor está intimamente interligado com a expressão que algumas culturas permanentes têm vindo a ter em Alqueva, como é o caso do olival, que ocupa já cerca de 35% da área de regadio, e que apresenta consumos de água muito baixos por hectare, da ordem dos 1500 a 2000m³/ha. Muitas das culturas arvenses de regadio, com destaque claro para o milho, não têm apresentado nos últimos anos (até 2010) as rentabilidades suficientes, fruto de preços de mercado manifestamente baixos, para se poderem apresentar como uma alternativa rentável aos agricultores. É convicção que este cenário irá mudar, considerando a reviravolta que os preços de alguma matéria primas têm apresentando no último ano, com especial ênfase das culturas arvenses (cereais e oleaginosas).

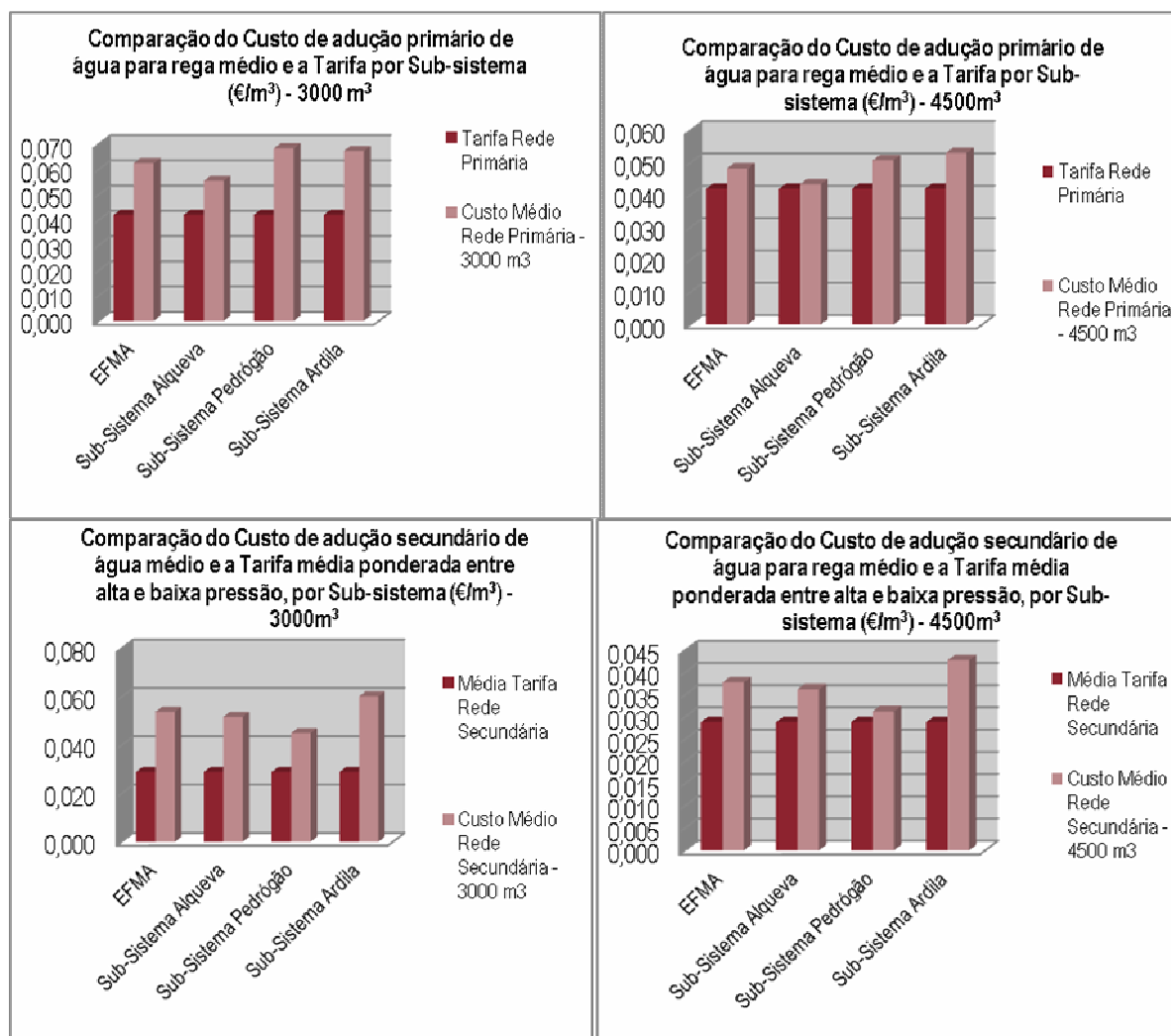
Face ao exposto têm vindo a ser trabalhados, pela EDIA, dois cenários de custos de adução de água para rega e sua comparação com a tarifa da água, um dos quais para consumos de referência de 3000m³/ha e outro intermédio entre este e o que originou o sistema de tarifário. Alteraram-se também alguns dos pressupostos de base, nomeadamente a adesão dos agricultores ao regadio que passa de seis para dez anos, bem como a área efectivamente regada que decresce de 90% para 80%.

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
25%	40%	50%	60%	70%	80%	85%	90%	95%	100%

O cenário de 4500m³/ha assenta numa rotação de culturas de regadio, em que o olival continua a representar 35%, mas onde o milho pode ascender a 20%. Cerca de 15% da área será ocupada com culturas hortícolas, horto-industriais e frutícolas, existindo ainda uma área significativa de forragens e cereais regados de Outono-Inverno.

É convicção generalizada que o desenvolvimento agrícola do Alqueva é irreversível e que a produção de bens essenciais está e estará na ordem do dia. Poder-se-á assim apontar que o cenário dos 4500 m³/ha de consumo de água para rega possa ser um cenário real no curto/médio prazo nos regadios de Alqueva.

Os resultados dos custos de distribuição de água para os dois cenários, face ao tarifário, são apresentados nos quadros seguintes:



Os resultados obtidos demonstram o diferencial actual existente entre o custo médio de adução nas redes primárias e secundárias de rega e o valor da tarifa cobrada, bem como a heterogeneidade dos custos de distribuição da água entre sub-sistemas e blocos de rega. A adopção, em Alqueva, de uma tarifa única para a adução primária e para a secundária, consoante o tipo de adução, aliás de elementar justiça e reflectindo os pressupostos base da construção e implementação do projecto, não se coaduna com a utilização de um modelo de gestão pulverizado, onde algumas das zonas são altamente prejudicadas face a outras, para além de que, de uma forma isolada, a componente hidroagrícola dificilmente poderá ser considerada um negócio per si.

Constata-se também facilmente a melhoria dos resultados do cenário de consumo expectável da água de 3000m³/ha para 4500m³/ha, onde o valor do custo de distribuição da água se começa a aproximar do valor da tarifa. Aliás estes cenários demonstram claramente a necessidade de utilização plena do projecto para se conseguirem alcançar valores globais com alguma rentabilidade na exploração da componente hidroagrícola do mesmo.

4. A EXPLORAÇÃO DOS PERÍMETROS DE REGA

As empreitadas de construção das Redes Secundárias de Rega, tiveram início em 2000, com a implementação da denominada Infra-estrutura 12 adjacente a Ferreira do Alentejo, a qual ficou concluída em 2004. Esta infra-estrutura é beneficiada com cerca de 5.900 hectares, tendo sido concessionada a sua exploração à Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas (ABORO).

Nos últimos anos tem-se assistido a uma intensificação clara do ritmo de construção da Rede Secundária, estando concluído à data cerca de metade da área beneficiada do Empreendimento:

Concluídas até Abril 2011			
Infra-estruturas	Data de Início	Data de Conclusão	Área
Perímetro da Luz	Julho/2003	Abril/2005	591 ha
Infra-estrutura 12	Dezembro/1999	Agosto/2004	5.980 ha
Bloco Monte Novo	Setembro/2005	Outubro/2008	7.714 ha
Bloco Pisão	Dezembro/2006	Junho/2008	2.588 ha
Bloco Alvito-Pisão	Junho/2007	Dezembro/2009	8.452 ha
Bloco Ferreira, Figueirinha e Valbom	Outubro/2008	Dezembro/2010	5.118 ha

Bloco Alfundão	Maio/2009	Dezembro/2010	4.216 ha
Bloco Orada-Amoreira	Agosto/2008	Dezembro/2009	2.522 ha
Bloco Brinches	Agosto/2008	Dezembro/2009	5.463 ha
Bloco Serpa	Fevereiro/2009	Novembro/2010	4.400 ha
Bloco Brinches Enxoé	Março/2009	Dezembro/2010	4.698 ha
Total			51.742 ha

Em curso ou em início de construção estão empreitadas para a beneficiação de mais cerca de 15.679ha (Bloco Loureiro-Alvito, Ervidel, Aljustrel, Pedrógão e Selmes), faltando lançar concursos para mais 44.454ha (Bloco Vale de Gaio, Cinco Reis-Trindade, Beringel-Beja, Roxo-Sado, Pias, Caliços-Machados, Caliços-Moura, São Matias, S. Pedro-Baleizão e Baleizão-Quintos).

Actualmente a EDIA encontra-se a explorar cerca de 50.000 hectares, assegurando as inscrições dos beneficiários, disponibilizando água, cobrando as diversas taxas, tendo para isso desenvolvido uma série de ferramentas informáticas e de apoio à decisão, só possíveis pela dimensão do EFMA.

Analisando alguns dados referentes à exploração dos Blocos de Rega para a campanha de 2010, podem-se apresentar os seguintes resultados, sendo no entanto importante ressaltar que, no início da campanha não ter sido anunciado aos beneficiários o sistema de tarifação de água para rega, o ano de 2010 ter sido extremamente chuvoso, e terem sido efectuados ensaios de recepção de condutas e Estações Elevatórias:

Aproveitamento Hidroagrícola	Área Regada (ha)	% Área Regada/Beneficiada
Monte-Novo	3.078	39,27%
Alvito-Pisão	3.081	36,08%
Pisão	615	23,84%
Total	6.774	35,73%

Os Blocos de Rega do Monte Novo iniciaram seu funcionamento em 2008, tendo os restantes iniciado a sua exploração em 2010. No que diz respeito à dotação média por hectare utilizada, para a última campanha de rega (2010), verificaram-se os seguintes resultados:

Sub-Bloco	Volume (m ³)	Área Regada (ha)	Dotação (m ³ /ha)
Mt Novo 1	3.596.232	939	3.830
Mt Novo 2	513.406	214	2.399
Mt Novo 3	1.609.691	750	2.146
Mt Novo 4	3.365.462	1175	2.865
Cuba-Oeste	628.046	939	669
Faro	1.715.588	217	7.906
Cuba-Este	1.801.931	1061	1.698
Vidigueira	6.435.802	864	7.449
Pisão 1	181.992	85	2.143
Pisão 2	16.543	28	591
Pisão 3	433.673	502	864
Total	20.298.366	6.774	2.997

No que diz respeito à estrutura dos encargos de exploração, e dividindo os mesmos por fixos e variáveis (correspondendo estes últimos às componentes variáveis dos encargos energéticos), os resultados, por Aproveitamento Hidroagrícola e em termos gerais são os seguintes:

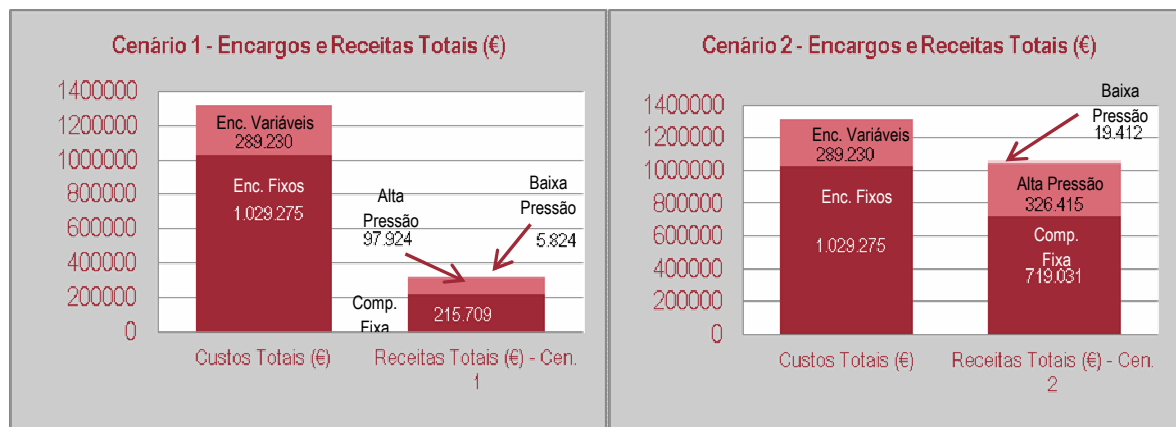
		Encargos Fixos	Encargos Variáveis	Total
Monte Novo	€	381.918	127.657	509.575
	%	75%	25%	100%
Pisão	€	248.259	30.946	279.205
	%	89%	11%	100%
Alvito-Pisão	€	399.098	130.627	529.725
	%	75%	25%	100%
Total	€	1.029.275	289.230	1.318.505
	%	78%	22%	100%

Se for efectuada a afectação dos encargos fixos e variáveis, por hectare beneficiado e por m³ consumido, obtêm-se os seguintes valores:

	Enc. Fixos (€/ha)	Enc. Variáveis (€/m ³)
Monte Novo	48,73	0,014
Alvito-Pisão	46,74	0,012
Pisão (*)	96,26	-----
Média	54,30	0,013

(*) Como o AH do Pisão entrou em exploração em 2010, e parte da água consumida foi para testagem dos equipamentos, não se procedeu à análise de custos para este AH.

Tendo em conta estes valores de encargos, foi calculada a taxa de cobertura pelo valor das receitas cobradas. Assim, quer para uma situação em que se considera uma redução do valor da tarifa a praticar de 70% (Cenário 1), de acordo com decisão ministerial, até ao pagamento integral da tarifa (Cenário 2), constata-se que, para a campanha de rega de 2010, os encargos são significativamente superiores às receitas.



Tal como já foi mencionado anteriormente, nos primeiros anos de exploração, as receitas são inferiores aos encargos de exploração e conservação.

Independentemente de estarmos a analisar uma só campanha de rega, considerando a juventude do projecto, e que curiosamente coincidiu com um ano particularmente chuvoso, pode-se realçar o grande peso dos encargos de manutenção (que são fixos) na estrutura de custos dos aproveitamentos hidroagrícolas de Alqueva.

5. CONCLUSÕES

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva apresenta uma dimensão aos mais variados níveis e uma importância estratégica regional/nacional tal, para que não sejam acauteladas as condições necessárias à sua correcta sustentabilidade.

As razões que levaram à sua implementação mantêm-se perfeitamente actuais, não se devendo perder de vista todos os pressupostos que presidiram à decisão de avanço inequívoco do projecto.

A componente de investimento que tem vindo a ser realizada, a qual apresenta uma escala sem precedentes em Portugal para infraestruturas da mesma índole, bem como a antecipação da sua construção, têm sido possíveis, e têm avançado a um ritmo assinalável, mas não serão, concerteza, o

objectivo final do empreendimento. Com efeito, se não se potenciar a utilização das infraestruturas implementadas, criando-se simultaneamente, condições para a sua sustentabilidade técnica, económica e ambiental, todo o esforço realizado vai-se revelar, em grande medida, infrutífero. A construção das infraestruturas é um meio, não um fim.

Estando desvirtuada, em parte, a lógica integradora que presidiu à decisão de avançar com o Alqueva, separando-se algumas das suas múltiplas componentes, de onde se destaca a hidroeléctrica, bem como a possível não integração das redes primárias e secundárias de rega sob gestão unívoca, seja qual for o melhor modelo a encontrar, a sustentabilidade do Projecto poderá ser posta em causa.

Importa assim, aos diferentes níveis da sua concepção e exploração, determinar as melhores soluções e as melhores práticas, de forma a criar condições para o seu pleno aproveitamento e rentabilização.

Ao nível da exploração, a sustentabilidade de Alqueva está dependente, em larga medida de factores externos que se prendem, por exemplo, com o sucesso da agricultura de regadio, consumo de água e adesão dos agricultores a um novo modelo cultural, mas também com a evolução de outros factores, de onde se podem destacar por exemplo a evolução dos preços da energia a médio e longo prazo. Como factores internos chave para o sucesso do empreendimento não podemos deixar de destacar o modelo de gestão, a estratégia da entidade gestora, e as políticas e acções por ela desenvolvidas.

Face ao exposto gostaríamos de tecer as seguintes considerações, as quais estão directamente relacionadas com o caminho que poderá e deverá ser trilhado, de forma a se encontrarem as melhores soluções de viabilização deste projecto sem paralelo no país:

- O Empreendimento de Alqueva tem características e uma escala únicas a nível nacional;
- A sua sustentabilidade assenta na integração das suas componentes, a qual poderá ter sido já em parte comprometida com a autonomização e separação de algumas das componentes;
- Além das diferentes medidas que têm vindo a ser adoptadas a nível de projecto, sob a égide de um esforço contínuo de aperfeiçoamento, é necessário e imperativo adoptar medidas ao nível da fase de exploração;
- A gestão global do Empreendimento nas suas diversas componentes deverá ser assumida por uma única entidade, de forma a permitir a sua integração, independentemente do caso particular de alguns modelos de gestão referentes a algumas das componentes do projecto,

que devam ser equacionados e redesenhados, se no entanto comprometerem a unicidade do empreendimento;

- Sempre foi assumido, desde o início do projecto, que a componente hidroagrícola per si e isoladamente dificilmente poderia apresentar indicadores de rentabilidade financeira directa. O mesmo não se passa com os indicadores de rentabilidade geral do projecto, sendo o esforço financeiro do Estado necessário para desenvolver a componente de regadio mais do que compensado com os impactos positivos na economia regional, nacional e nos impostos cobrados;
- Da mesma forma, no que diz respeito à componente hidroagrícola, existe uma tipologia completamente díspar de esquemas altimétricos, de redes e de adução e fornecimento de água, que se traduzem em encargos de exploração e conservação muito diferenciados ao longo dos vários sub-sistemas e entre blocos de rega. Por outro lado, e como se constata nos esquemas altimétricos apresentados dos diferentes sub-sistemas, as redes primária e secundária de rega estão fortemente interligadas. Assim, é urgente encontrar um modelo de gestão integrador e não parcelar, quer em termos geográficos, quer em termos sectoriais, de forma a permitir uma maior racionalização dos recursos já empregues e dos necessários, melhor operacionalidade e uma redução de encargos.
- O sistema tarifário terá de ser continuamente ajustado e adaptado às condições de exploração dos aproveitamentos hidroagrícolas devendo mesmo evoluir para formas menos conservadoras à semelhança do que acontece em outros sectores de actividade;
- Tendo em conta o peso dos encargos fixos nos Aproveitamentos Hidroagrícolas de Alqueva, dever-se-á, a par da diminuição dos encargos variáveis unitários, promover ao máximo a dinamização de todo o negócio de venda de água. Isto significa que é premente a dinamização de todo o sector agrícola beneficiado pelo regadio de Alqueva, mas não só. Dever-se-á voltar a olhar para o projecto como uma grande reserva de água a sul do país, procurando novos clientes nos mais variados sectores de actividade, mas não excluindo também a expansão da área de regadio. Encontram-se já identificados alguns milhares de hectares onde é possível realizar esta expansão, com custo muito controlados, com forte procura de água expectável e com custos de exploração reduzidos, aproveitando o excesso de energia na rede que o actual sistema possui.
- A manutenção da sustentabilidade de Alqueva é um processo contínuo, que passa pela gestão integrada das diversas componentes e pela busca pró-activa de soluções técnico-economicamente equilibradas que permitam criar condições para desenvolver uma região do País tão carenciada e rentabilizar um projecto que mudará a face do Alentejo.